

SUBJETIVIDADES NOS DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Danillo Macedo Gonçalves Vitorino da Costa¹

Denise Moreira Neves²

Maria José de Jesus Alves Cordeiro³

Lucélia Tavares Guimarães⁴

RESUMO

Esse texto, produzido a partir de uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, traz à luz, um olhar para o gênero e sexualidade, por meio de suas representações nos discursos midiáticos, que observamos/ouvimos diariamente nos diversos aparatos tecnológicos disponíveis, e também pela mídia impressa. Tem-se o objetivo de compreender, que é por essa via – a mídia – que as discussões acerca do gênero e sexualidade, por vezes ou quase sempre, são marginalizadas e invisibilizadas por discursos heteronormativo propagados, que colaboram com o aumento dos casos de discriminação e preconceitos contra os grupos sociais menos favorecidos. Assim, o texto perpassa várias discussões acerca do gênero e da sexualidade na política, na construção social dos sujeitos e suas ideologias, da cultura e dos estudos culturais que estão presentes, e são disseminados pelas mídias e seus discursos.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade, Mídias, Discursos midiáticos, Diferenças.

INTRODUÇÃO

No cotidiano por vezes, nos deparamos e somos inundados de informações que vem de todas as direções, incessantemente. Distante ou perto, a informação vem sempre carregada de significados que absorvemos, e podemos tomá-la como verdade ou não, a partir de nossa subjetividade.

Na construção social dos variados sujeitos, a informação exerce influências, formando por meio das interpretações, identidades, por conseguinte personalidades, que vão se tornar inerentes a cada um. Assim, se configura as diferenças. Essas, que nos tornam únicos e especiais.

A identidade é formada a partir da diferença, uma depende da outra. Woodward (2014, p. 40) afirma que “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença”. Então,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. danillomg84@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. denisepba@gmail.com

³ Professora orientadora: Doutora em Educação/currículo pela PUC/SP. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

⁴ Professora orientadora: Doutora em Educação/currículo pela PUC/SP. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

elas não são opostas, se complementam. É dentro dessa diferença, que se situam o gênero e a sexualidade.

Historicamente, o gênero e a sexualidade sempre foram tratados como sinônimo de sexo ou de distúrbios da saúde, e discutir esse conceito era um tabu, que poucos ousavam fazê-lo. Haja vista, que na sociedade grega e romana, o sexo era um rito de passagem, nas sociedades pré e pós-moderna, eles ganharam contornos repressivos e dominantes.

Com os estudos feministas, essas temáticas passaram a fazer parte das discussões acadêmicas e sociais. A herança patriarcal presente na sociedade, tanto do passado, quanto na atualidade, ainda reprime, muito pesquisadores, que querem quebrar esses paradigmas de dominância pela hegemônica heteronormatividade.

Assim, tomaremos esse texto, como uma forma de ampliar, ainda mais, as discussões acerca do gênero e da sexualidade, tendo como objeto atuante, as mídias em suas diversas formas – que em alguns momentos da escrita podem ser identificados como meios de comunicação – presentes na sociedade, mas que tiveram sua origem em outros períodos históricos, e o uso que elas fazem do seus discursos, que possuem um forte poder de persuasão, na representação desses conceitos.

Precisamos compreender, que quando são retratados, em muitos casos, esses discursos tendem a diminuir a importância da representatividade que possuem. Retratam o gênero como um escopo apenas feminino, e quase sempre de forma sexualizada e submissa, valorando o corpo em detrimento de discussões inclusivas dentro das relações de poder presentes em nossa sociedade, que cotidianamente se diz aberta e igualitária, sempre encontra uma forma de diminuir aquilo que está fora dos seus padrões.

Se pensarmos em sexualidade, ela é ausente, contanto que mostrem o corpo como símbolo comercial, que atrai consumidores. É um assunto que não se deve falar. Nem quando são reportados fatos que apresentem a violência causada por conta da diversidade sexual presente na sociedade, a mídia entende como de menor significância, dando mais relevância a discursos misóginos, homofóbicos, machistas, presentes em nossa sociedade.

Quanto mais o sujeito mantém relações, nas mais variadas instituições sociais, mais ele se configura como pertencente à essas instituições. Hall (2002) sobre a formação da identidade, e as influências dos aparelhos sociais, afirma que “o cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do estado moderno” (2002, p. 30). Ele mesmo corrobora com essa afirmação, dizendo que

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (2014, p. 109)

Queremos, ou pelo menos tentaremos (des)padronizar essa visão do gênero e de sexualidade que é propagado pelas diversas mídias. Para isso, nos utilizamos, ao longo do escrito, exemplos de discursos que são produzidos sobre esses conceitos, na política, na educação, nos textos sobre a construção social dos sujeitos, bem como a influência da cultura nesses discursos.

Por fim, depreendemos, a importância das mídias e o papel que elas possuem como construtor social do sujeito, e que ao perpassar por elas, o gênero e a sexualidade são tomados como conceitos que estão e são presentes no convívio social, e portanto, formadores sociais. Eles devem ser debatidos em demasia, uma vez que na sociedade contemporânea, os casos de violência tem aumentado, principalmente os relacionados à diversidade sexual. Misoginia, feminicídio, homofobia, transfobia; são apenas alguns entre tantos outros que permeiam as relações sociais e relações de poder.

2 MÍDIAS E A REPRESENTAÇÃO DAS DIFERENÇAS

Assim como o currículo, mídia é um termo polissêmico. Contudo, no contexto aqui proposto., tomamos ela no âmbito da comunicação, ou seja, os meios informacionais, que pode, e vai ser transmitido para alguém.

Seja analógica ou digital, as mídias tem, ao longo dos séculos modificado as relações sociais e o modo de ver o mundo. Desde os primeiros mapas utilizados pelos grandes navegadores, passando pela invenção do telefone, até os aparelhos modernos utilizados atualmente, tem modificado sociedades, e inserindo no mapa social, os lugares e populações mais remotos da terra, marginalizados pelas relações de poder.

Mesmo tendo essa função inclusiva, ela leva à exclusão dos sujeitos de uma sociedade, criando ou aumentando as desigualdades já existente entre o pares, tanto local, regional, nacional ou a uma escala global.

Na pós-modernidade, junto ao processo de globalização, as distâncias encurtaram (na geografia, fala-se em um sistema-mundo conectado), e as fronteiras foram sendo ultrapassadas, graças ao meio técnico-científico-informacional. Na mesma proporção, as desigualdades também aumentaram.

O desigual, tem entranhado as relações sociais. Quando Pero Vaz de Caminha registrou suas impressões sobre um nova terra, um novo mundo ‘descoberto’, o fez com tamanha descrição, que logo depois, a tomaram para si, dismantelandando toda uma cultura já presente ali. Principalmente, a dos povos nativos que, considerados selvagens, foram dizimados, e entendemos que os colonos aos seus olhos desses nativos, também eram diferentes.

Percebe-se então, as diferenças como base fundadora de qualquer sociedade. Ao longo dos séculos, elas se tornaram mais visíveis, e até hoje permeiam as instituições sociais. De colônia à monarquia, da república, com uma ditadura, a uma nova democratização. Desde aquela carta escrita a mão, passando pela imprensa, chegando às novas tecnologias, acessados por meio da internet.

Elas tem seu papel configurado. Cada um a seu tempo e ao seu jeito, tiveram e tem suas concepções acerca das diferenças. Enaltecendo, menosprezando, igualando; as diferenças são necessárias para a constituição de um povo, de uma nação, de uma sociedade. Mas, também são geradoras de conflitos. O diferente nem sempre é aceito, ou é incluído no meio social. Muito se confunde diferente com desigual. No entanto, são as diferenças que levam à desigualdade.

São retratadas como sendo ruins, fora do padrão, levando à sua marginalização pela sociedade, e mais uma vez, voltamos a dizer sobre o quão importante é sua representação dessas diferenças na mídia. A imagem construída por elas, afeta profundamente o local onde essa diferença está inserida.

A discussão sobre as diferenças é relacional de vários pontos de vistas. Mas o que é diferença? Seu conceito (social, cultural, econômico, político, etc.) é muito discutido e possui várias nuances. Brah (2006, p. 359) sugere a sua conceituação, levando em conta quatro maneiras: “diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade”.

Por essa afirmação, entende-se a variedade de formas como podemos concebê-la. A mídia, por meio dos sujeitos que a fazem, a partir de seus conhecimentos e suas subjetividades, onde ele está inserido, também constroem a imagem da diferença. Contudo, vale destacar que ao representar a diferença, deve-se ter cuidado para não gerar mais desigualdades, que já existem. E isso pode ser observado nas opiniões emitidas por quem faz parte das mídias e suas ambiências. Ser especialista em determinada área, não o faz ter direito

de emitir opinião daquilo que não tem conhecimento. Isso ocorre, e leva a uma interpretação errônea daquilo que não se tem consistência de fala.

2.1 O gênero e a sexualidade na mídias

Em uma sociedade heteronormativa, as relações de dominação são marcantes, e revelam (mesmo que velado) um certo desprezo pela igualdade de gênero. O gênero sempre entendido como sexo, não é debatido em nenhuma instância. Entende-se gênero como masculino (homem dominante) e feminino (mulher dominada, submissa).

Sobre a sexualidade, é sempre raro ter qualquer discussão. O sexo é utilizado para reprodução, não há prazer (para a mulher), exceto para o homem, que o utiliza como lazer. Nas sociedades patriarcais, a diversão dos homens eram os bordéis; para as mulheres, sua função era cuidar das casa e dos filhos, não tinham direito a esse 'lazer'. Não raramente, isso ainda acontece nas sociedades atuais.

Contextualizar historicamente é preciso para se entender o atual estágio das discussões de gênero e sexualidade, e a forma como são apresentados nas mídias. Mais adiante, voltaremos a essa contextualização. E conseqüente, abordando esses conceitos separadamente, havendo uma melhor discussão sobre suas representações.

Sendo entendido como sinônimo de sexo, na divisão entre masculino e feminino, o gênero vai muito além dessas definições. Antes dos estudos feministas, situado em um período antes do pós-estruturalismo, ele nem era debatido, graças a uma sociedade com herança patriarcal, e que ainda permeia as sociedades contemporâneas. Contudo, a partir dos estudos feministas, em particular o feminismo negro, no nome de Kimberly Krenshaw, Angela Davis entre outras, o gênero é concebido como uma categoria de análise e muito bem explicado por Joan Scott nos EUA, e no Brasil aos escritos de Louro a partir dos anos 80.

Essa diferença de gênero – homem e mulher – sempre foi retratada de forma superficial pelas mídias. Coloca o homem como o ser superior e a mulher como inferiorizada. Nos filmes e novelas, muito se percebe essa relação entre dominante e dominado.

Ao longo dos anos a mulher vem sendo subordinada por essa sociedade, dita igualitária, e tem sofrido as mazelas a elas impostas. Com o aumento dos métodos contraceptivos e a inserção delas no mercado de trabalho, seu papel na sociedade tem sido valorizado, contudo, ainda continua um nível abaixo do homem/masculino e sua heteronormatividade patriarcal.

Falemos então, em uma divisão sexual do trabalho. Às mulheres, cabe as funções considerados femininas, a sujeitos mais frágeis, enquanto aos homens, cargos de liderança e trabalhos mais pesados. Essa situação tem se modificado. As mulheres cada vez mais, vem realizando trabalhos antes considerados apenas masculinos. Essa divisão sexual da trabalho segundo Biroli (2018, p. 22) “incide sobre mulheres e homens em conjunto com sua posição de classe e com o racismo estrutural”. Diante deste cenário, entendemos que não somente mulheres, mas, também homens são atingidos por essa divisão sexual do trabalho, que está permeado pelas relações de gênero e poder instituídas pelo capitalismo. Porém, a mulher é a que mais sofre as consequências desse sistema dominante como acorda Biroli (2018, p. 31) afirmando que “a posição de desvantagem das mulheres atualiza-se, assim, nos novos padrões de organização do trabalho no capitalismo”.

Nas propagandas ou peças publicitárias, bem como na mídia impressa e nas redes sociais, o emponderamento feminino, tem levado mulheres a se especializarem, a estudarem mais e a buscar seu lugar no mundo do trabalho – seja ela qual for – e nas relações sociais.

Quando Crystal Lee Sutton, na sua luta sindical nos EUA, em meados do anos 70, e representada no filme Norma Rae, e teve sua vida exposta na mídia, possivelmente deve ter servido de inspiração a muitas outras que buscam sua independência. Sua representação foi importante para contingente feminino.

Neste, e em muitos outros casos, a mídia esteve presente, seja pela propaganda, por reportagens e até em filmes, mostrando a força da mulher e a importância do seu papel na sociedade. Não apenas como o sexo frágil, tão propagado nos meios sociais.

2.2 Gênero, política e mídia

O movimento sufragista faz parte do movimento feminista, e ambos tem um viés político. O sufrágio tem por concepção a luta das mulheres por direitos políticos – tanto o voto, como postulantes a cargos. Originado na Europa em meados do século XVIII em uma período pós-industrial, no Brasil teve seus primeiros passos no final do século XIX para o início do século XX, tendo como pioneira Bertha Lutz.

Devemos pensar esse movimento como fundamental na consolidação do emponderamento feminino, mesmo que a passo lentos. Na sociedade atual, ainda é pequeno o número de mulheres na política, mais expressivo que em outros tempos, mas, pequeno. Mesmo assim, ela exerce influência por meio do seu voto.

Nas mídias, e fazendo um histórico, lembrando que a imprensa em outros tempos era predominantemente um ofício masculino, esse movimento, possivelmente deve ter sido alvo de críticas e apoiado pela elite dominante desse mesmo tempo.

No Brasil – uma ‘democracia’ jovem – não muito distante, elegeu sua primeira presidente mulher. Após sua reeleição, e entendendo que uma elite dominante heteronormativa, não aceitando sua derrota, em um ‘suposto’ acordo, impedia a mesma de governar, e a continuar seu mandato, com acusações, comprovadas falsas posteriormente, levando ao seu impeachment.

Nesse momento, tão importante para o cenário político brasileiro, a mídia teve um papel primordial no resultado desse processo, e podemos afirmar que ela agiu em tons vilanescos, em suas postagens, são somente no aspecto político, mas também, invadindo a vida pessoal, da então presidente, questionando sua sexualidade, e comprovando um viés machista e misógino da mídia e seus dispositivos humanos, físicos e virtuais.

Por esse momento político, e mais recentemente a eleição do atual presidente, deferimos que é possível sim, as mídias terem esse papel influenciador, pra não dizer manipulador, nas decisões políticas de um país. E mostra o quanto uma população está sujeita à alienação midiática, que consegue dizimar qualquer noção consciente de política. Aqui, falamos das digitais. Segundo Martino (2014)

as mídias digitais possibilitaram ao mesmo tempo uma transposição e uma transformação dessas noções de política. Na medida em que se misturam com a vida e alteram as relações sociais, se articulam também com as possibilidades de ação política nos vários sentidos da palavra, agregando novas dimensões à questão (2014, p. 85)

Entender a política não é tarefa fácil, contudo não podemos acreditar em tudo que vemos ou ouvimos, pois assim, acabamos nos tornando apenas mais um, que vota inconsciente, e reverbera discursos atípicos e alienantes de uma prática política, que temos a sensação, não perderá sua concretude.

2.3 O corpo como mídia

Outro ponto convergente ao discurso da mídia sobre o gênero, é o uso do corpo como representação da mulher. Goellner (2013) discute sobre a produção do corpo a partir da cultura na configuração da identidade, afirmando que “a produção do corpo se opera,

simultaneamente, no coletivo e no individual” (GOELLNER, 2013, p. 41). Com isso, nos depreende um entendimento de que o corpo representado na mídia, aparenta um certo anseio do coletivo social, que o trata como objeto, principalmente o feminino.

Ele atrai consumidores ávidos ao produto ou mercadoria, que se utiliza da sua representação. Nas propagandas de cerveja, de produtos de beleza, de roupas, sapatos, entre outros, a mulher sempre é retratada como o perfeito objeto, levando a uma ilusão falsa da realidade em que está inserida.

O corpo é um santuário sagrado, não somente pela mulher, como também pelo homem. Contudo, não devemos usá-lo como produto. Uma crítica a se fazer, é o uso dos corpos perfeitos, diferente de uma realidade não condizente com o propagado. Todos temos uma função social na representação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades. Essa tríade que, numa interseccionalidade, não há possibilidade de debatê-los separadamente.

Segundo Felipe (2006, p. 258) os corpos são “produzidos na pluralidade de culturas e práticas educativas”. Assim, a representação do corpo, deve ir muito além da intenção de causar desejo, ou qualquer uma que conote o sexual. É preciso pensar o corpo como um instrumento social, levando à reflexão dos acontecimentos cotidianos, dos problemas sóciais que perpassam as relações, levando a uma iniciativa pessoal de mudança do meio em que está inserido.

2.4 E a sexualidade?

Houve um tempo, que a sexualidade nunca era discutida, em nenhuma instância social. Contudo, nos jornais, na televisão, nos filmes, e outras mídias, se protagonizava cenas absurdas, em que não se pensava, não se dava uma conotação sexual como nos tempo atuais.

Nas pornochanchadas em tempos de ditadura, das chacretes quase seminuas e sensualizando na televisão nos anos 80, nas danças sensuais de axé nos anos 90, onde crianças ‘desciam’ na boquinha da garrafa e seguravam o Tchan, aos tempos atuais, onde tudo se enxerga sexo, e é alvo de críticas, a sexualidade precisa ser debatida mais do que nunca.

Dos casos de pedofilia, de estupro, de assédio; é preciso haver políticas públicas, e políticas públicas educacionais que aborde essa temática, de forma gradual em todos os níveis de ensino, e com didáticas pertinentes a cada faixa etária.

Nos parâmetros curriculares nacionais, difundidos em 1997, um dos temas transversais, versa sobre a orientação sexual. No entanto, ela tem conteúdo em uma

perspectiva voltada para a saúde, com vistas a evitar a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis (DST's).

Sabemos da importância desse conteúdo, mas, também, a necessidade de haver ações nos currículos que preveem discussões acerca da diversidade sexual presente em nossa sociedade. Discussões sobre práticas sexuais, novas generificações, novos tipos de famílias, entre outros assuntos pertinentes e relevantes ao tema.

Atualmente, a maioria dos casos de estupro ocorre dentro dos ambientes familiares. A sexualidade é inerente a todo sujeito, e está inserido nas instituições sociais, como a família. Essa discussão é fundamental, não somente na família, mas também na escola, onde se descobre a maioria desses casos. O professor como agente social, e as mídias como suporte pedagógico, tem uma função social na prevenção desses casos, e outros, relacionados à discriminação contra as minorias sexuais.

O que se vê, em nosso convívio social, é a atuação de uma mídia sem compromisso, que propaga *Fake News* sobre supostos aparatos sexuais que as escolas estariam utilizando com seu alunos, entre dezenas de acusações; tem-se o professor e a escola como disseminadores de uma inexistente 'ideologia de gênero', que em uma sociedade 'conservadora e tradicional', entende como ensinar sexo ao alunos.

Entende-se a sexualidade (algo inerente ao ser), com o mesmo sentido. Mais a discussão sobre o gênero, leva-se à ideia de uma ditadura gayzista como a mídia propaga. Nesse montante, surge projetos políticos como o "Escola sem Partido", que pressupõe uma vigília, uma fiscalização na ação pedagógica do professor, dizendo o que é certo e o que é errado, o que deve e o que não deve ser ensinado nos ambientes escolares.

É necessário pensar uma escola inclusiva. Os sujeitos, nela inseridos, são diversos, cada uma com suas escolas, múltiplas personalidades, variadas identidades, com suas diferenças, que devem ser respeitadas.

A escola é um local de construção social. É ali, que os sujeitos mantem relações com o outro, e absorve que ser diferente é bonito, e são essas diferenças que nos torna únicos. De acordo com Louro (2014, p. 62) "a escola delimita espaços [...] ela separa e institui". Com essa afirmação, concordamos com ela que a escola nem sempre é inclusiva, contudo ela consegue formar sujeitos com identidades próprias. Identidades essas, sociais, que segundo Cuche (1999 apud BERLLATO, 2009) "se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social,

a uma nação, etc.” (CUCHE, 1999, p. 177). Louro (2018) corrobora com a ideia de Cuche, quanto à formação da identidade social dizendo que

[...] é, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida que esses são interpelados a partir das diferentes situações, instituições e agrupamentos sociais. (LOURO, 2018, p. 13)

Dentro dessa identidade social, se forma as identidades de gênero e sexualidade que pode ser distintas, mas, nunca separadas como Louro (2014) descreve:

[...] identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente interrelacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e ao mesmo tempo ele podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui é considerar que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento [...] As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 2014, p. 30-31)

Enfim, é preciso propagar uma escola inclusiva, que respeite as diferenças, que tenha responsabilidade de produzir igualdade entre seu pares, ocorrendo individual ou coletivamente. E além igualdade, inferir equidade. Quanto às mídias, vale uma conscientização e regulação dos órgãos responsáveis, sobre o que é reportado a respeito desse assunto. A falta de conhecimentos prévios, cria juízos de valor negativos em uma sociedade que, muitas vezes, não possui uma capacidade cognitiva (ou finge essa falta), necessária ao seu entendimento.

2.5 A cultura nas abordagens de gênero e sexualidade e o papel das mídias

Laraia (1986), tenta construir o conceito de cultura a partir de vários contextos. Por meio do determinismo biológico e da natureza, ela afirma que “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado” (1986, p.45)

Partindo dessa afirmação, um ser social, que recebe informações de todos os tipos, e é socializado a partir dos mesmos, vai reproduzir aquilo que absorveu em suas vivências e

relações sociais. Assim, entendemos que os (pré)conceitos são estabelecidos em sua formação social e cultural.

Quando falamos de um meio cultural, incluímos nele, as mídias a que esse sujeito foi exposto em sua formação. É preciso entender, em que cultura esse sujeito foi formado. Muitos dos preconceitos disseminados, está relacionado a essa formação. O ser humano nasce somente inerente a vida; socialmente ele vai se construir. Nos meios de comunicação, nas mídias digitais, nos deparamos com discursos de ódio feitos ao outro sem nenhum pudor. E mais ainda, recebendo apoio de outrem.

Compreender esse ódio gratuito, exige-se uma análise sociológica, antropológica, educacional, cognitiva, dentre várias outras vertentes, para que entender em que contextos, esses sujeitos foram formados. Entender a cultura como formadora social, bem como ela é representada nas mídias e meios de comunicação, é essencial para entender as representações de gênero e sexualidade.

Os grupos sociais que fazem parte desse contexto, também estão baseados em uma cultura, que chamamos de cultura LGBT, acrescenta-se aí várias outros grupos, formando essa sopa de letras: LGBTQI+ ou cultura Queer. Assim, como a heteronormatividade, que (pre)domina nas sociedades em geral, esses grupos também querem sua cultura reconhecida e respeitada.

Nos últimos anos, a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, tem ganhado cada vez mais espaço e visibilidade nas mídias. Ela tem recebido apoio de vários setores sociais, que são margeados pelo respeito ao próximo, e que entendem a luta diária, por sobrevivência no país que mais mata LGBT's no mundo.

Dentro dela, não somente os direitos desse grupos são cobrados e defendidos, mas também de outras minorias, como o respeito às mulheres em campanhas contra assédio, estupro e violência doméstica e outras violências.

Nas mídias se encontra apoio a essa causa, tanto quanto existem pessoas que não entendem essa luta e distribuem discursos midiáticos, nas redes sociais principalmente, propagando o ódio e a preconceito. Os veículos sérios de reportagem tem um compromisso social com as minorias, e também com a 'maioria', evitando esse tipo de discurso, promovendo igualdade e respeito para as diferenças. Precisamos nos mover e nos mostrar por meio das mídias, que as minorias existem e resistem. Discutir o gênero e a sexualidade é fundamental para que haja igualdade social e respeito entre os sujeitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse texto não foi um trabalho fácil, haja vista a profundidade do tema proposto. Em um emaranhado de exemplos, e repetições, tentamos mostrar, da forma mais clara possível, que o gênero e a sexualidade são conceitos que estão presentes no meio social de qualquer cidadão, em qualquer sociedade.

Mais atentamente, discutir e relacionar as mídias nessa discussão, aprofunda a reflexão que deve ser feita nas abordagens que envolvam essas temáticas. Na política, na escola, nas propagandas diversas, em diversos meios de comunicação; o gênero e a sexualidade vão estar sempre presentes.

Então, nos atemos aos discursos que são propagados nesse meios, nessas mídias. Que entendemos, são discriminatórios, e não levam a uma discussão séria, acerca de toda desigualdade que eles vem causando para os grupos sociais que se inserem nesse contexto social.

Dentro dos vários contextos apontados, todos possuem o seu grau de importância, uma vez que em todas essas instituições, os conceitos supracitados, não se adequam, e são marginalizados, devido a diferentes dogmas que as permeiam.

Assim, é necessário caminhar a passos lentos na configuração do gênero e sexualidade nas pautas de discussão das instituições sociais, passando pela família e escola, adentrando no campo político e cultural, sem que haja interferências, tanto internas quanto externas, que prejudiquem a sua consolidação como categoria social.

4 REFERÊNCIAS

BERLLATO, Odir. **A construção da identidade social**. Revista do Curso de Direito da FSG, Caxias do Sul, Ano 3, n. 05, p. 141-151, Jan./Jun. 2009

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade e diferenciação**. Cadernos Pagu, Campinas, (26), p.329-376, Jan./Jun., 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999

FELIPE, Jane. **Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia**. Revista tecnologia e sociedade, Curitiba, v. 2, n. 3, Jul./Dez., 2006

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A produção cultural do corpo.** In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 30-42.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva/Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Quem precisa de identidade?.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 103-133

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pró-estruturalista.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Pedagogias da sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 07-42.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes.** Petrópolis: Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 07-72.